



**José Eduardo Giannini Esteves**

**O Globo e o Plano Real: Como o jornalismo impresso fez a comunicação entre o governo e a população no estabelecimento de um novo plano econômico**

**Trabalho de Conclusão do Curso**

Trabalho de conclusão do curso de graduação apresentado ao Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Lilian Saback

Rio de Janeiro  
Dezembro de 2025

## Agradecimentos

Eu agradeço a todos os meus professores:

- Ricardo Esteves, Anir Giannini da Costa, João Ricardo e Caroline Ruegger, por terem me ensinado tudo;
- Thadeu Pereira, Alice Selles, Carolina Bardaro, Carlos Alexandre da Silva, Vitor Oliveira, Eduardo Quintella, Raphael Bastos, João Vitor Arantes, Amanda Costa, Helena Bardaro e Nina Bardaro, por me ensinar que a vida é um passo a passo.
- Vitor Tibana, Duda Chagas, Carolina Rocha, Valentina Rocha, Julia Muniz, Gabriel Vieira, Anna Luísa Souza, Eduardo Gomes, Raphael Lacerda, Luiza Duarte, Olívia Itagiba, Maria Lins, Maria Mariana Braga, Danilo Akel, João Marcelo Gomes, Augusto Werneck, Marcelo Oliveira, por me ensinar que era possível se reinventar e começar de novo;
- Adriana da Silva, André Trigueiro, Arthur Dapieve, Carlos Alves, Célio Campos, Creso Soares Junior, Diogo Maduell, Ermelinda Rita, Felipe Gomberg, Giovanni Faria, Julia Cruz, Leise Taveira, Lilian Saback, Liliane Heynemann, Luciana Brafman, Luciana Pereira, Luísa Melo, Mariana Palmeira, Mauro Silveira, Meg Amoroso, Rafael Rusak, Sandra Korman, Weiler Finamore, por me ensinar o começo do jornalismo;
- Vania Cunha, Guilherme Calil, Eduardo Marotta, Carlos Jardim, Jean Roque, Luíza Barata, Gabriela Souza, Marcella Setúbal, Priscila Moraes, Pedro Araújo, Iris Tavares, Juliana Duarte, Gabriel Alves, Erik Dantas, Denise Peyró, Lizandra Rodrigues, Isabel Boechat, Isabelle Valente, Iago Moreira, Fabiana Cimieri, Livia Bonaro, Marcelo Gomes, Matheus Maciel, Mateus Marques, Lucas Machado, Arthur Queiroz, Marcelo Bruzzi, André Coelho, Jerusa Campani, Bruno Pontes, Allan Alves, Vivi Maia, Alexandre Gasperoni, Maycon Mafra, Vinícius Bragança e Carlos César Santos, por me ensinar os caminhos do jornalismo;
- Ronald Rui Costa Marinho e José Ricardo Maia de Siqueira, por me ensinar economia, inestimável para a composição desse trabalho;
- John Lennon, Paul McCartney, George Harrison e Ringo Starr, por me ensinar que tudo que você precisa é de amor.

## **Resumo:**

O objetivo desse trabalho é suprir a ausência de pesquisa relacionada a cobertura dos lançamentos do plano econômico, nesse caso o Plano Real. A pesquisa se apoiou em estudos de técnicas de pesquisa (Duarte, 2010), gêneros jornalísticos (Melo, 2010), no livro Saga Brasileira da Miriam Leitão (2014) e em uma entrevista semiestruturada com a responsável pela comunicação do plano real, Maria Clara do Prado. Para entender a cobertura, foi feito uma conceitualização do jornalismo econômico, uma cronologia dos planos econômicos desde a redemocratização e uma análise de conteúdo baseada nas edições do jornal *O Globo* no primeiro mês do plano. Desta forma, foi possível perceber que o periódico fez uma cobertura diversificada das características do plano, ao buscar tirar dúvidas e opinar além de noticiar diariamente as propostas do novo plano econômico e da nova moeda.

## **Palavras-chave:**

Jornalismo econômico, Jornalismo impresso, *O Globo*, Plano econômico, Plano real

## **Lista de Imagens e Gráficos:**

Tabela 1 - Formulário de Codificação da Edição Inteira.....	8
Tabela 2 - Formulário de Codificação de cada Matéria.....	10
Tabela 3 - Matérias por Gênero.....	13
Imagen 1 - Visualização das seis colunas e exemplo de divisão da página.....	19
Gráfico 1 – Quantidade de Páginas dedicadas ao Plano Real por dia do mês de julho de 1994 .....	20
Gráfico 2 – Conteúdo relacionado ao Plano Real nas publicações do Caderno de Economia no mês de julho de 1994.....	21
Gráfico 3 – Conteúdo relacionado ao Plano Real nas publicações do Caderno O País no mês de julho de 1994.....	22
Gráfico 4 – Conteúdo relacionado ao Plano Real nas publicações do Caderno Opinião no mês de julho de 1994.....	23
Gráfico 4 - Proporção de Boxes Explicativos sobre o Plano Real nas edições de julho de 1994 .....	24

## **Sumário:**

Introdução.....	7
O Jornalismo Econômico no Brasil.....	11
Planos Econômicos na Redemocratização.....	12
Análise de conteúdo.....	17
Conclusão.....	24
Referências Bibliográficas.....	26

*Parte do sucesso de um plano se deve à maneira como é comunicado à população.*  
(Leitão, 2014)



## Introdução

No dia primeiro de julho de 1994, a moeda do Brasil se tornou oficialmente o Real. O Plano Real, idealizado por uma equipe de economistas que incluíam Edmar Bacha, André Lara Resende e Périco Arida, foi implementado pelo Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, durante a presidência de Itamar Franco (1992-1995). Ele envolvia uma série de medidas que juntavam ideias propostas pelos economistas desde o começo do governo Sarney (1985-1990), logo após a redemocratização, mas que eram vistas na época como não populares.

De acordo com Maria Clara do Prado, integrante da equipe econômica do Plano Real, responsável pelo plano de comunicação de lançamento da nova moeda e autora de *A Real História do Plano Real: Uma moeda cunhada no consenso democrático*, um dos aspectos fundamentais da implementação das novas medidas era a transparência. Depois de sucessivos planos econômicos criados para frear a hiperinflação<sup>1</sup> nas décadas de 1980 e 1990 pautados na ideia de surpreender o povo, como o Plano Cruzado e o Plano Collor, era muito importante para o governo que os brasileiros entendessem e seguissem os conceitos propostos.

“Vamos supor que houvesse uma descrença no plano e a sociedade resolvesse que a URV<sup>2</sup> também sofreria inflação. A hiperinflação continuaria com os mesmos problemas e não teria estabilizado a economia”. (Prado, 2024)<sup>3</sup>. A economista que ficou responsável pela comunicação do Real lembrou que, apesar de não haver um plano consolidado de comunicação, propôs diretrizes de como ela deveria ser feita. Como resultado, no dia do anúncio das etapas do plano, houve coletivas de imprensa no Palácio do Planalto, *workshops* com economistas para que os jornalistas entendessem e pudessem veicular reportagens em cima de pautas associadas ao projeto.

Neste estudo, para entender como esse plano foi exposto para a população, analisamos um período de um veículo de imprensa que fez parte desse projeto: as edições do jornal impresso *O Globo* no primeiro mês do plano, julho de 1994.

Para nortear o estudo, foram utilizados três métodos de pesquisa: revisão bibliográfica (Stumpf, 2010) sobre o tema (Leitão, 2014), entrevista semiestruturada (Duarte, 2010) com Maria Clara R. M. do Prado, e análise de conteúdo (Fonseca Júnior, 2010) das edições do Jornal

---

<sup>1</sup> Inflação de mais de 50% ao mês

<sup>2</sup> Unidade Real de Valor, moeda de transição utilizada formalmente pelas instituições para balizar as transações entre março e julho de 1994

<sup>3</sup> Entrevista concedida ao autor em 9 de set. de 2024 por telefone.

O Globo no mês de julho de 1994. Além disso, abordamos o que é o jornalismo econômico (Caldas, 2021) e o que foi o Plano Real.

Para a análise de conteúdo, dois formulários foram construídos para a codificação das edições do impresso, inspirado pelo exemplo apresentado em Fonseca Jr. (2010). A primeira é pertinente à edição como um todo, com quantas matérias foram publicadas relacionadas ao Plano Real e quanto da primeira página é dedicada a ele, além de uma análise geral daquela edição específica.

Tabela 1 - Formulário de Codificação da Edição Inteira

Análise de Conteúdo - Cobertura do jornal impresso O Globo sobre o Plano Real em julho de 1994		
Edição	Data:	
Plano Real na Primeira Página:	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Manchetes:		
Notas:		
Matérias sobre o plano real na edição:	<input type="checkbox"/> Sim. Quantas?	<input type="checkbox"/> Não
Análise:		

Fonte: Tabela elaborada pelo autor

A segunda tabela é pertinente a cada matéria que abordou o plano real na edição. Para a classificação, foi escolhida a separação de gêneros de jornalismo proposta por Marques de Melo & Assis (2010). O autor estabelece 5 gêneros e 17 subgêneros:

- Informativo: uma matéria que busca informar diretamente o leitor. Ele pode ser subdividido em nota, que corresponde ao relato de acontecimentos que estão em

processo de configuração, a notícia, que é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social, a reportagem, que é o relato ampliado de um acontecimento que repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística, e a entrevista, que é um relato que privilegia um ou mais protagonistas de acontecer.

- Opinativo: uma matéria pautada em opiniões e análises. Ele pode ser subdividido em editorial, que é o texto que expressa a opinião do veículo, comentário, que é o texto que expressa a opinião pontual de um jornalista do veículo, artigo, o texto que expressa a opinião de um pensador ou especialista de fora, resenha, a apreciação de uma obra, geralmente de produtos culturais, a coluna, o texto de valor informativo e de vigor pessoal mediadas por um jornalista de forma periódica, a caricatura ou charge, que é uma opinião ilustrada, a carta, que é a opinião de leitores, e a crônica, que é a reportagem do ponto de vista do cronista em ordem cronológica e de forma narrativa;
- Interpretativo: uma matéria que faz uma análise ou inferência a partir da interpretação de dados. Ele pode ser subdividido em análise, a informação analisada pelo autor do texto, para que o leitor possa ter uma compreensão maior dos fatos, perfil, a apresentação descritiva de um personagem enfocado, a enquete: análise feita a partir de perguntas com respostas rápidas e sucintas; cronologia, o complemento da informação principal com dados cronológicos dos acontecimentos, e o Dossiê, que é apresentação de dados em mosaico, com boxes, ilustrações com gráficos, mapas ou tabelas.
- Diversional: gênero jornalístico com caráter emocional, sobre um assunto que não necessariamente aborda a vida pública ou segue aos paradigmas fundamentais do jornalismo. Ele pode ser subdividido em histórias de interesse humano, que utiliza elementos narrativos para abordar um fato que foi notícia retomada em sua dimensão humana para suscitar o interesse e a atenção do público, e a história colorida: um formato que descreve uma situação em que se desenvolve o fato, como uma história.
- Utilitário: exposição de uma informação útil, de forma direta para melhor orientar o receptor da informação. Ele pode ser subdividido em indicadores, ou dados fundamentais para a tomada de decisões cotidianas, cotação, que apresenta dados sobre a variação dos mercados, roteiro, que são dados indispensáveis ao consumo de bens simbólicos, e serviço, que são informações destinadas a proteger os interesses dos usuários dos serviços públicos, assim como dos consumidores de produtos industriais ou de serviços privados;

Além da separação em gêneros, as fontes utilizadas pela matéria também foram classificadas como oficiais — membros do governo —, especialistas — pessoas com conhecimento especializado no assunto pertinente — e povo-fala — pessoas que representam de alguma forma a população.

Tabela 2 - Formulário de Codificação de cada Matéria

Título:				
Autoria:		Página:		
Editoria:		Tamanho:		
Resumo:				
Gênero:				
<input type="checkbox"/> INFORMATIVO				
<input type="checkbox"/> Nota	<input type="checkbox"/> Notícia	<input type="checkbox"/> Reportagem	<input type="checkbox"/> Entrevista	
<input type="checkbox"/> OPINATIVO				
<input type="checkbox"/> Editorial	<input type="checkbox"/> Comentário	<input type="checkbox"/> Artigo	<input type="checkbox"/> Resenha	<input type="checkbox"/> Coluna
<input type="checkbox"/> Caricatura	<input type="checkbox"/> Carta	<input type="checkbox"/> Crônica		
<input type="checkbox"/> INTERPRETATIVO				
<input type="checkbox"/> Análise	<input type="checkbox"/> Perfil	<input type="checkbox"/> Enquete	<input type="checkbox"/> Cronologia	<input type="checkbox"/> Dossiê
<input type="checkbox"/> DIVERSIONAL				
<input type="checkbox"/> História de Interesse Humano		<input type="checkbox"/> História Colorida		
<input type="checkbox"/> UTILITÁRIO				
<input type="checkbox"/> Indicador	<input type="checkbox"/> Cotação	<input type="checkbox"/> Roteiro	<input type="checkbox"/> Serviço	
Fontes:	<input type="checkbox"/> Oficiais	<input type="checkbox"/> Especialistas	<input type="checkbox"/> Povo-Fala	

Nome e crédito da fonte:

Fonte: Tabela elaborada pelo autor

A análise de como foi feito a cobertura do Plano Real em um veículo de comunicação de massa tem duas funções: existe pouco material sobre a comunicação do plano, mesmo que tenha diversos artigos sobre a estrutura do novo modelo econômico em áreas como economia e administração; e a necessidade de refazer os passos que deram certo caso o país entre em um ciclo inflacionário ou de desestabilização da economia.

## O Jornalismo Econômico no Brasil

O aspecto econômico sempre esteve presente no jornalismo brasileiro desde a sua criação pela forma em que ditava a política. No final do século XIX e início do XX, embutido no noticiário de política, começaram a surgir conteúdos voltados à exportação de itens agropecuários, especialmente o café. Durante o século XX, o interesse em economia cresceu e o espaço nas redações jornalísticas idem, com a criação da *Gazeta Mercantil* em 1920, um jornal de negócios com boletins diários de economia e finanças, que viria a ser uma escola do jornalismo econômico no Brasil (Puliti, 2013).

Mesmo com o surgimento da pauta, o jornalismo econômico só floresceu realmente durante o período da ditadura militar de 1964. De acordo com Caldas (2021), enquanto as seções de política eram sufocadas por falta de informação e censura, as de economia cresciam.

Os agentes ligavam para as redações de jornais, revistas, rádios e tevês entre 18h e 19h. A secretaria do editor-chefe atendia e escrevia exatamente o que lhe era ditado pelo agente. Assim, as páginas de política emagreciam na mesma proporção em que as de economia engordavam, indiretamente incentivadas pelos generais, ávidos em divulgar feitos do ‘milagre econômico’ e da queda da inflação. (Caldas, 2021, p. 13-14)

O economista Delfim Netto, Ministro da Fazenda de 1967 a 1972, montou uma equipe de assessoria de imprensa, para poder passar as pautas certas para os jornalistas, em geral o aumento do PIB, que cresceu acima do esperado na época. Mas, ao mesmo tempo que havia a

proliferação de artigos positivos na mídia, começou a surgir uma forma de comunicação específica do jornalismo econômico, conhecido vulgarmente como *economês*, que afastava o leitor comum. As informações eram obtidas de especialistas na área que utilizavam uma linguagem de difícil compreensão para o público leitor, e o jornalista — por medo de cometer um deslize ou por falta de conhecimento — publicava da forma em que ela era transmitida, sem adaptações (Francisco, 2007).

Para contrabalancear essa comunicação mais complexa, as redações começaram a consultar professores de economia. A Revista Exame, criada em 1971, se destacou como uma das revistas de maior veiculação do jornalismo econômico a partir de 1974 com a implementação de diretrizes do mercado dos Estados Unidos (Vasques, 2022). Na ocasião, a direção da revista fez um convênio com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para receber professores e pesquisadores da fundação e discutir a conjuntura econômica e formas de melhor explicar o que acontecia na economia para os leitores (Puliti, 2013).

Na redemocratização, as editorias de jornalismo econômico se pautaram mais em estimular o debate e expor ideias contrárias com artigos de opinião. Além disso, a hiperinflação após o aumento desenfreado do Produto Interno Bruto (PIB) durante o regime preocupava o povo, que via o dinheiro render cada vez menos. De acordo com Leitão, “era o único assunto das editorias de economia, era a manchete mais frequente dos jornais, era a obsessão do cidadão, a derrota dos governantes” (2011, p. 20). Para propor soluções sobre o que fazer com a economia do país, as editorias de economia começaram a chamar economistas, sociólogos, empresários e trabalhadores para escrever artigos de opinião sobre o assunto. Os editoriais também ganharam mais espaço, com publicações contrárias ao governo. (Caldas, 2021).

O Globo, nosso objeto de estudo, foi criado em 1925 e se popularizou por ser um jornal de veiculação vespertina, de acordo com Abreu (2015). Na década de 1970, com a criação de tecnologias de impressões mais rápidas e eficientes, O Globo começa a publicar também edições matutinas, para competir com outras edições publicadas no primeiro horário. Com a popularização da televisão, do telejornalismo e dos programas noticiosos vespertinos, O Globo abandonou as edições vespertinas e se dedicou apenas às edições de manhã, salvo edições especiais (Abreu, 2015).

Outro problema que o Globo enfrentava era quanto à sua imagem. As pessoas percebiam o jornal como antiquado e alinhado à ditadura. Para rejuvenescer a imagem e aumentar a receita, uma das soluções foi tornar a editoria de economia competitiva com a de outros impressos, como o Jornal do Brasil, o jornal mais consumido na época. De uma equipe de 2 ou 3 repórteres, a editoria de economia contratou mais de 20 jovens jornalistas engajados

politicamente que estavam dispostos a traduzir o linguajar técnico das pautas de economia para a população. Em 1974, o Globo começou a publicar o Panorama Econômico, um caderno especial que tratava entre outros assuntos de política com um viés econômico, que serviu de referência para todo o jornalismo econômico do período. (Abreu, 2001).

## **Planos Econômicos na Redemocratização**

Entre julho de 1964 e junho de 1994, a inflação acumulada no Brasil calculada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi de 1.302.442.989.947.180,00%. Para dar um fim ao que se tornou a hiperinflação na década de 80 — que em 1985 chegou a 239,05% ao ano (Zortéa, 2015, p. 27) —, foram colocados em prática vários planos econômicos. Os mais importantes foram o Plano Cruzado (1986), o Plano Bresser (1987) e o Plano Collor (1990); todos com soluções para a inflação que não deram certo a longo prazo até o Plano Real (1994).

O Plano Cruzado, colocado em prática pelo ministro da Fazenda Dilson Funaro durante a presidência de José Sarney, tinha como medida principal o congelamento de todos os preços, salários e a taxa de câmbio. Além disso, promovia a desindexação da economia, a reforma monetária com a implantação da nova moeda, o cruzado, e a conversão de contratos para essa nova moeda. Por não combater o caráter inercial da inflação — a especulação em cima de aumento de preços futuros, que diminuía cada vez mais o valor da moeda —, o plano reduziu a inflação inicialmente a menos de 1% em junho, mas em dezembro ela chegou a 7,27%. (Zortéa, 2015).

Com a recente redemocratização, o povo queria participar ativamente das decisões do país, e por isso apoiou a ideia e o congelamento de preços. Um dos exemplos disso foram os “fiscais do Sarney” — em geral donas de casa que fiscalizavam os preços em supermercados para ver se eram os estipulados pelo governo — e o surgimento de personagens como Omar Marcinsky, um consumidor que obrigou um supermercado a fechar em 1985 por não seguir o congelamento proposto pelo presidente (Leitão, 2014).

De acordo com Maria Clara do Prado, o problema do Plano Cruzado não foi a comunicação, e sim a solução encontrada. O congelamento de preços, que no começo parecia uma solução, criou um gargalo no consumo ao diminuir a oferta, o que aumenta os preços, com congelamento ou sem. Para reaquecer a economia, o governo utilizou medidas de aumento impositivo em itens como carros, tarifas telefônicas, energia elétrica, entre outros, em 1986. Com isso, a população começou a acreditar que haveria novos aumentos em produtos que ainda não tinham tido variação nos preços, o que acelerou ainda mais o consumo em uma situação

que não havia aumento de oferta (Zortéa, 2015). Com o retorno da inflação aos patamares anteriores, o Plano Cruzado foi considerado um fracasso.

Quando Pereira Bresser assumiu o Ministério da Fazenda em 1987, ainda no governo Sarney, o direcionamento era claro: controlar a inflação, que estava em 20% ao mês. A ideia do Plano Bresser era criar uma moeda balizadora, que no caso foi a Obrigaçao do Tesouro Nacional, ou OTN (Lopes, 2004). Todas as transações seriam baseadas no valor do cruzado em comparação com a OTN, que inflacionou de forma fixa através de uma tabela que atualizava diariamente, conhecida como “Tablita”. Isso fez a moeda-corrente perder ainda mais o valor, já que ela não servia mais para calcular o valor dos bens e serviços por conta própria.

Além disso, um dos componentes do Plano Cruzado era um gatilho salarial: quando a inflação chegasse a certo ponto, os salários seriam corrigidos de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Com esse aumento de poder de compra constante, os vendedores tinham que aumentar ainda mais os preços para poder equilibrar a oferta e a demanda. Para evitar um aumento descontrolado, o que determinaria a falência do Plano Bresser, foi colocado em prática mais um congelamento de preços.

A inflação caiu de 19,7% em junho para 4,9% em agosto, mas logo em seguida voltou a subir e alcançou 18,9% em janeiro de 1988. De acordo com Lopes (2004), que integrou a equipe do plano Bresser na época, a solução era adequada aos problemas da época, mas não os resolia rápido o suficiente. “A aplicação de um redutor na OTN poderia destruir sua legitimidade como indexador se a inflação não declinasse rapidamente e, se isso ocorresse, a adesão ao esquema de otenização<sup>4</sup> ficaria comprometida” (Lopes, 2004, p. 8).

A hiperinflação se tornou uma preocupação constante na cabeça de todos durante os anos que se seguiram. O povo aprendeu que havia duas soluções para a inflação que chegava a 3% ao dia: ou se trocava o dinheiro, que valia cada dia menos, em bens o mais rápido possível, ou se colocava o dinheiro em bolsas de poupança que cresciam com a inflação — o mais famoso desse tipo de investimento era o *overnight*<sup>5</sup> (Leitão, 2014).

A inflação acumulada foi de 993,28% em 1988 e de 1.863,56% em 1989 (Zortéa, 2015, p.37). Como momento final do Governo Sarney para tentar dar algum controle à economia, foi criada uma nova moeda, o cruzado novo, que era só o cruzado sem os últimos 3 zeros.

Em 1990, Fernando Collor de Mello é eleito presidente depois de uma disputa com Luiz Inácio Lula da Silva pautada, dentre outras coisas, no controle da economia. Um dia após a

---

<sup>4</sup> A nota foi inserida pelo autor para explicar otenização: adaptação para o uso da OTN

<sup>5</sup> Poupanças com retorno dos juros de um dia que podiam ser retirados no dia seguinte

posse, no dia 16 de março, Collor anunciou o Plano Novo Brasil, que ficaria mais conhecido como Plano Collor. Para controlar a inflação, o Plano Collor colocava em prática três medidas provisórias, as medidas 154, 160 e 168 (Longo, 1990). A medida 154 congelava os preços e estabelecia um dia de reajuste em diversos setores; a medida 160 incidia sobre o cálculo do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a medida 168 trazia de volta o cruzeiro, nome da moeda corrente no Brasil de 1942 a 1967 e de 1970 a 1986, e bloqueava o acesso aos ativos líquidos — esse bloqueio impedia pessoas de sacarem mais de 50.000 cruzeiros de suas contas durante 18 meses, o equivalente a 50 dólares.

Para explicar o plano, Zélia Cardoso de Mello, ministra da Fazenda, fez uma entrevista coletiva junto a Ibrahim Eris, o novo presidente do Banco Central, Antônio Kandir, o novo secretário de Política Econômica, e Eduardo Modiano, presidente do BNDES. A ministra entendia a fragilidade do plano, então disfarçava as medidas, ora dando voltas, ora com *economês*. No final, a entrevista revelou pouco sobre o plano que seria posto em prática.

O plano não foi apenas mal explicado: era ruim e violento. O país estava decidido a lutar contra a inflação e disposto a se engajar nos esforços do novo governo para enfrentar o inimigo, mas precisava antes entender minimamente o que aconteceria no seu cotidiano. (...) Quem acudiria suas dúvidas? Os dias seguintes foram caóticos, nas redações, nos lares, no Banco Central. O governo não entendia o que ele mesmo havia decretado, porque o que decretara era incompreensível. (Leitão, 2014, p. 171)

Estima-se que o bloqueio de ativos líquidos — o que incluía a caderneta de poupança e o *overnight* — tenha confiscado 75% da poupança financeira no Brasil (Zortéa, 2015). A ideia principal dessa medida era remover o dinheiro de circulação, o que reduzia o poder de compra da população, o que por sua vez diminuiria os preços. Com as medidas colocadas em prática, a inflação caiu de 82,18% em março para 14,67% em abril. O mês de maio registrou a menor inflação desde 1987: 7,31% no mês.

Três meses depois de ter sido colocado em prática, a inflação retornou ao patamar de mais de 10% ao mês. O fato da população ter se assustado com o confisco e ter, em massa, sacado todo o dinheiro que podia, fez surtir um efeito contrário, uma remonetização excessiva. De acordo com Maria Clara do Prado, o Plano Collor poderia ter sido mais bem aceito com uma comunicação melhor. “Foi um confisco, com o aspecto fundamental de surpresa; uma explicação melhor teria diminuído o trauma” (Prado, 2024). Essa falta de confiança no governo criou um ambiente que culminou no processo de impeachment do presidente, em 1992, após ser acusado de associação em esquema de corrupção pelo seu irmão (Sallum & Casarões,

2011). O vice-presidente Itamar Franco assumiu em dezembro de 1992 com uma missão: controlar a inflação.

Para compor o Ministério da Fazenda — e consequentemente, conduzir a criação de um novo plano econômico —, Itamar Franco chamou o senador Fernando Henrique Cardoso, que começou a montar uma equipe de economistas menos conservadores para estabelecer uma saída para a hiperinflação. Nos 15 meses seguintes, até julho de 1994 quando a moeda se tornou oficialmente o real, várias medidas foram tomadas, tanto na implantação da moeda quanto na comunicação do plano para à população.

Os três principais pilares do ponto de vista econômico foram a abertura econômica para importações, a ancoragem cambial inicialmente em paridade com o dólar e base monetária rígida, com juros altos, para não haver circulação maior de moeda (Grasel, 2007). Para que esses processos pudessem entrar em prática, era necessário antes da implantação de uma nova moeda um conjunto de mudanças nas finanças do governo que ficou conhecido como Programa de Ação Imediata (PAI). Como parte dessas medidas, foi colocado em ação vários cortes nos gastos públicos, propostas de equilíbrio nas contas de Estados e Municípios e privatizações, tudo para criar um ambiente estável para a implantação da moeda (Zortéa, 2015).

Do ponto de vista da comunicação, o principal elemento era a transparência. Todos da equipe sabiam que um plano econômico era difícil de explicar para a população, mas que seria necessário um entendimento para que ele desse certo.

Persio<sup>6</sup> insistia em um ponto. Tudo tem que ser voluntário. Com isso todos concordavam e era a promessa pública do ministro Fernando Henrique: nada de sustos, congelamentos e surpresas.

- Desta vez, tudo será às claras - garantiu.  
O país estava ferido demais pelos sustos e arbitrariedades anteriores. Tudo tinha que ser com tempo para que a população refletisse e entendesse as mudanças. (Leitão, 2014, p. 269)

O começo da transição para o Plano Real começou em agosto de 1993, com a criação do cruzeiro real, que era apenas o cruzeiro sem os últimos três zeros. Com o projeto consolidado, os meses seguintes foram espaço de debates e conversas com jornalistas sobre como o processo ia ser, e como funcionaria cada uma das etapas.

O plano foi planejado em etapas e era difícil explicar, mas a comunicação precisava ser clara. Outros planos podem ter sido vendidos como sendo planos simples, mas o Plano Real não era. Nesse sentido, a comunicação foi

---

<sup>6</sup> Nota do autor: Périco Arida, um dos economistas na equipe de implantação do plano real,

importantíssima: o plano tinha que ser diferente, e precisava de uma promessa crível de uma moeda. (Prado, 2024)

No mês de março, foi dado o grande passo antes do estabelecimento da moeda, o surgimento da Unidade Real de Valor, ou URV. O valor dela seria sempre equivalente a um dólar americano, não seria sujeito à inflação brasileira e se tornaria ao final do processo a moeda brasileira corrente. Enquanto o cruzeiro real variava de acordo com a especulação em cima da moeda, todos os produtos eram calculados em cima do URV, que se manteve estável. Quando a moeda oficialmente passou para o real, com valor de 1 URV, muito do componente inercial da inflação já havia se perdido. Com isso, a inflação caiu de 48,24% em junho para 7,75% em julho. No final do ano, a inflação acumulada foi registrada em 929,32%, mas a inflação a partir de agosto de 1994 não passou de 3% ao mês (Zórtea, 2015, p. 45 e 51).

Nos primeiros oito anos do retorno da democracia, o Brasil teve seis moedas correntes: o cruzeiro, o cruzado, o cruzado novo, o cruzeiro (de novo), o cruzeiro real e o real, divulgado em julho de 1994. Em média, o país trocava de moeda a cada 1 ano e 7 meses, normalmente acompanhado de um novo plano econômico. Desta forma, o real é a moeda há mais tempo em circulação no país desde o período colonial, época em que o Brasil-colônia utilizava a moeda portuguesa, também denominada real. De acordo com o IBGE, a inflação acumulada de julho de 1994 a julho de 2024, quando o Plano Real completou 30 anos, foi de 712,78%.

## **Análise de conteúdo**

No primeiro mês do Plano Real, foram publicadas 31 edições do jornal impresso *O Globo*, com o total de 2804 páginas divididos em 25 editorias. Na época, o Primeiro Caderno incluía as editorias *O País*, *Rio*, *Mundo* e *Economia*, com o Segundo Caderno também publicado diariamente com enfoque em cultura. Por ocasião da Copa do Mundo, disputada de 17 de junho a 17 de julho, a editoria de Esportes se tornou um caderno separado, mas a partir do dia seguinte à final, 18 de julho, as páginas do caderno de Esportes voltaram a integrar o Primeiro Caderno.

*O Globo* também publica cadernos em dias diferentes: *Informática* nas segundas-feiras, *Carro Etc.* nas quartas-feiras, *Turismo* e os cadernos regionais *Barra*, *Tijuca*, *Zona Norte* e *Zona Sul* nas quintas-feiras, *RioShow* nas sextas-feiras, *Ela* no sábado e *Boa Chance*, *Família*, *Planeta* e *TV* e os cadernos regionais *Ilha*, *Niterói*, *Baixada* e *Zona Oeste* nos domingos. Além

disso, em caráter especial ao primeiro dia do Plano Real, foi publicado junto à edição o Guia do Real, um guia de 16 páginas com matérias exclusivas sobre como seria a troca da moeda.

Em todas as edições do mês, a primeira página do jornal trazia a cotação de transação do cruzeiro real para o real, que registrou o mês todo que a conversão era de R\$1,00 para Cr\$2.750,00. Fora a conversão da moeda, o Plano Real foi mencionado na primeira página de 26 das 31 edições: ele não foi mencionado nas edições dos dias 14, 17, 18, 20 e 24 de julho.

Sobre o Plano Real, foram publicadas 762 matérias: 530 matérias do gênero Informativo, 209 do gênero Opinativo, 10 do gênero Interpretativo, 5 do gênero Diversional e 9 do gênero Utilitário, como apresentado na tabela 3.

Tabela 3: Matérias por Gêneros

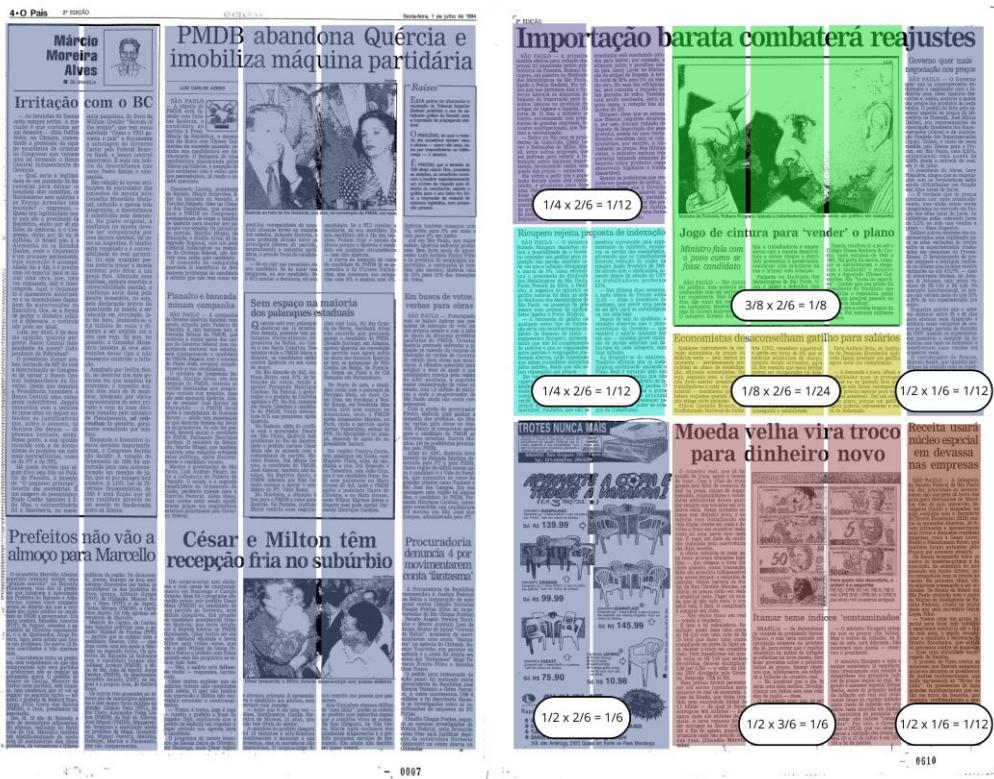
<b>Gênero</b>	<b>Quantidade de matérias</b>
Informativo	530
Nota	24
Notícia	494
Reportagem	4
Entrevista	9
Opinativo	209
Editorial	13
Comentário	7
Artigo	17
Resenha	1
Coluna	67
Caricatura	8
Carta	92
Crônica	4
Interpretativo	10
Análise	0
Perfil	2

Enquete	1
Cronologia	1
Dossiê	6
Diversional	5
História de Interesse Humano	3
História Colorida	2
Utilitário	9
Indicador	2
Cotação	6
Roteiro	0
Serviço	1
Total	762

(Fonte: elaborada pelo próprio autor)

Para calcular a área de cada matéria sobre o Plano Real, foi medido a área relativa de uso das colunas em cada página. No formato *standard* usado pelo *O Globo* nos cadernos principais, cada página sem ser a primeira e a segunda tem seis colunas; nos cadernos especiais, o jornal usava o tamanho de tabloide, com cinco colunas por página. Dessa forma, o valor de uma página significa que foram publicadas seis colunas completas sobre o assunto no caso do formato *standard*, ou cinco no formato tabloide. Ao calcular a área relativa à página inteira através das colunas, é possível determinar o quanto de conteúdo realmente foi preenchido pelas matérias em cada edição do jornal, como pode ser visto no exemplo abaixo.

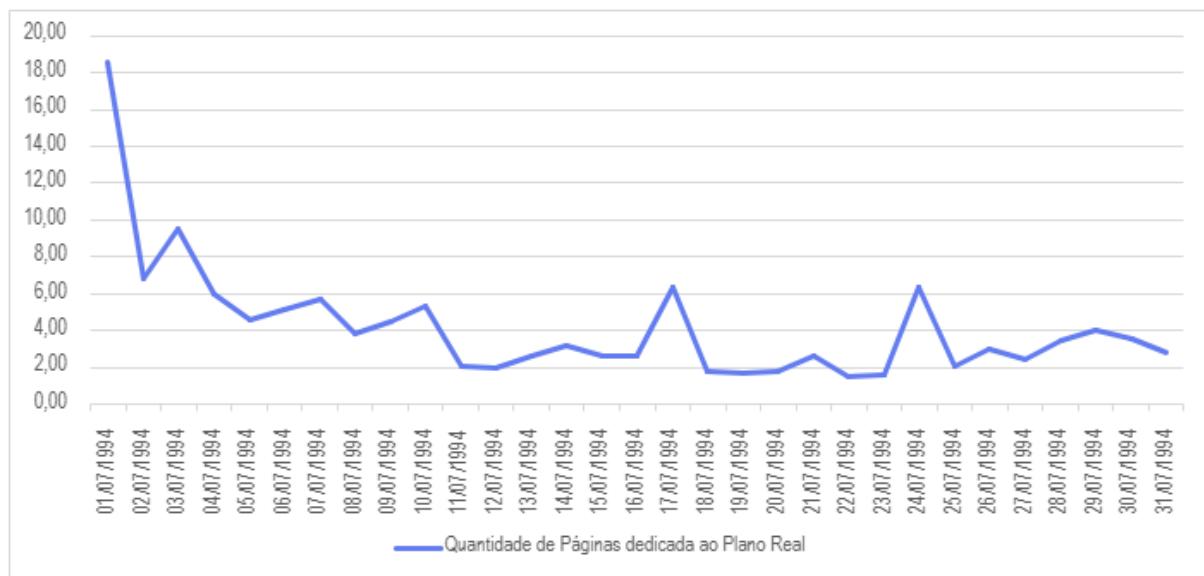
Imagen 1 - Visualização das seis colunas e exemplo de divisão da página



(Fonte: Ilustração da medida elaborada pelo autor)

No primeiro dia do Plano Real, a edição do *Globo* teve a maior proporção de conteúdo dedicado à nova proposta econômica. Incluindo o *Guia do Real*, uma edição de 14 páginas no padrão de tabloide, a primeira edição dedicou 18,56 páginas para curiosidades, possíveis dúvidas e a história do plano econômico, o que conta como 25,07% da edição como um todo. O número de páginas dedicadas ao plano diminuiu durante o mês — o menor valor foi em 22 de julho, quando 1,48 páginas, ou 2,46% da edição, falavam sobre o Plano Real —, mas o assunto foi abordado em todas as edições de julho do jornal *O Globo*.

Gráfico 1 – Quantidade de Páginas dedicadas ao Plano Real por dia do mês de julho de 1994



(Fonte: Gráfico elaborado pelo autor)

A maior parte das matérias foi publicada na editoria de Economia, com 77,47 páginas dedicadas ao assunto, ou 29,45% de todas as páginas de julho da editoria. A editoria de política, nomeada "O País", foi a segunda que mais abordou o plano — 12,87 páginas, ou 8,7% do conteúdo da editoria — e Opinião foi a terceira — 5,44 páginas, ou 13,27% das páginas dedicadas à opinião. Os cadernos *O Mundo*, *Zona Norte* e *Baixada* não abordaram o Plano diretamente no mês de julho.

Tabela 4 – Quantidade de páginas por editoria e percentual do mês de julho de 1994

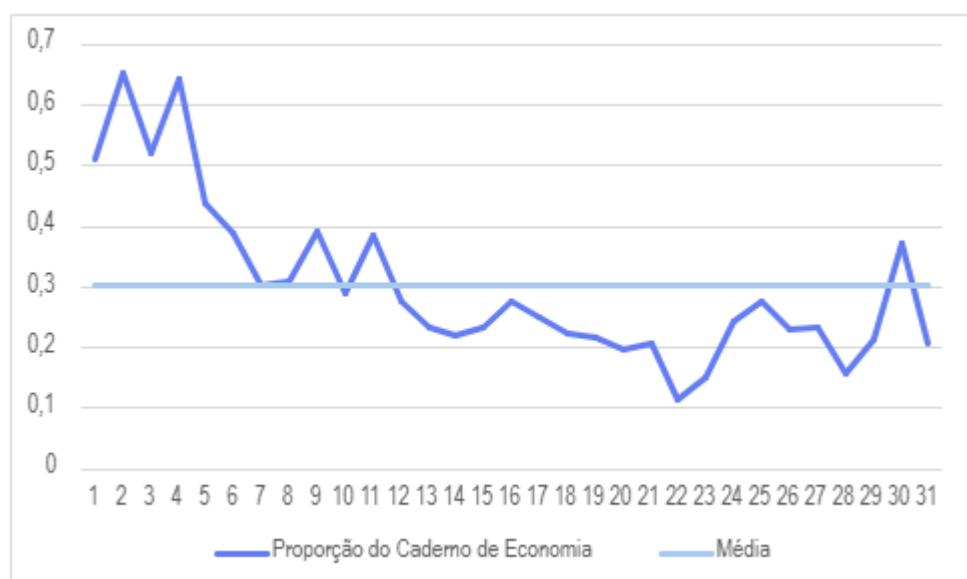
Editoria	Quantidade de Páginas	Porcentagem do Total
Economia	77,47	29,46%
O País	12,88	8,70%
Opinião	7,47	18,21%
Boa Chance	4,2	17,5%
Rio	2,14	0,83%
Ilha	2	2,94%
Barra	1,26	0,85%
Esporte	1	0,32%
Niterói	0,93	0,66%

Segundo Caderno	0,91	0,30%
Rio Show	0,73	0,55%
Zona Sul	0,47	0,29%
Família	0,33	0,88%

(Fonte: elaborada pelo próprio autor)

A única editoria que publicou matérias relacionadas ao Plano Real todos os dias do mês de julho de 1994 foi o de Economia. Mais da metade das páginas incluíram o novo plano econômico nos primeiros quatro dias do plano, mas em média, 30,2% do caderno de Economia falava sobre algum aspecto do Plano. Essa proporção chegou ao mínimo em 11% no dia 22 de julho.

Gráfico 2 – Conteúdo relacionado ao Plano Real nas publicações do Caderno de Economia no mês de julho de 1994



(Fonte: Gráfico elaborado pelo autor)

A editoria política “O País” concentrou matérias relacionadas ao novo plano econômico no começo do mês e se manteve perto da média diária de 9,6% nos outros dias. Houve um pico no dia 29 de julho, dia seguinte ao primeiro debate em que os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso estiveram presentes.

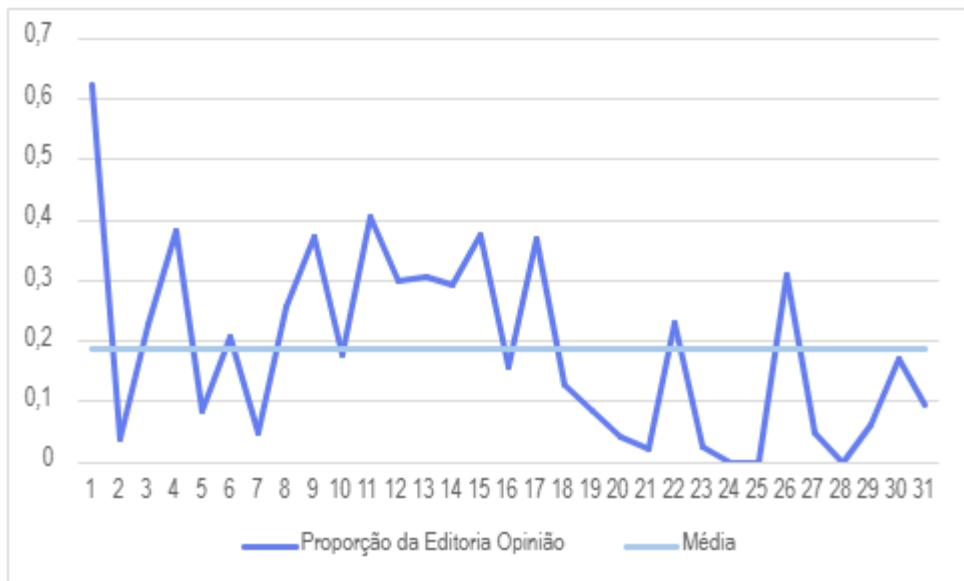
Gráfico 3 – Conteúdo relacionado ao Plano Real nas publicações do Caderno O País no mês de julho de 1994



(Fonte: Gráfico elaborado pelo autor)

A primeira edição das editorias de “Opinião” teve o pico da proporção, por conter um editorial do *Globo*, um artigo do presidente da República, Itamar Franco, sobre a implantação do Plano Real e uma charge com o nascimento do Plano.

Gráfico 4 – Conteúdo relacionado ao Plano Real nas publicações do Caderno Opinião no mês de julho de 1994



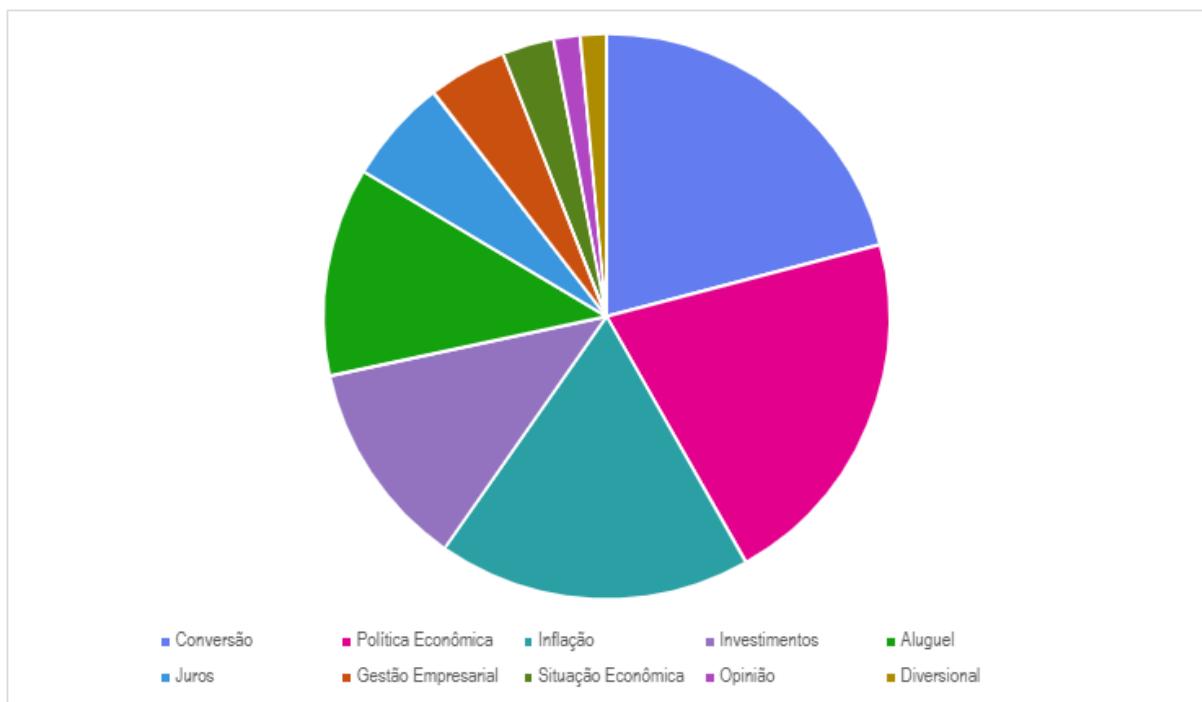
(Fonte: Gráfico elaborado pelo autor)

Ao todo, foram enviadas 92 cartas com comentários, reclamações e dúvidas quanto ao novo plano econômico. Da área total dedicada à sessão de cartas de 7,75 páginas, 26,02%, ou 2,01 páginas, foram de cartas sobre o Plano Real. A maior parte das cartas foram de reclamações ou confusão sobre os novos preços (25%), reclamações sobre a moeda em si, quanto ao formato e tamanho (20,65%), críticas gerais ao governo pela parcialidade ou pela falta de capacidade de aplicar as regras do plano (16,3%) e análises gerais das medidas provisórias (14,13%). Demais assuntos, como conversão de salário, mensalidades, aluguéis e financiamentos da casa própria somam 20,65%, enquanto 3,26% foram elogios à forma que as medidas estão sendo colocadas em prática pelo governo.

Durante o mês, 668 fontes foram citadas diretamente. A maioria eram da categoria especialistas, 327 no total (48,95%), seguidas por fontes oficiais, 223 (33,33%), e por fim, Povo-Fala, com 118 (17,66%).

Foram criados 67 *boxes* explicativos — pequenas caixas de dados — durante o mês para explicar algum aspecto do Plano Real. Os tópicos mais abordados foram conversões entre cruzeiros reais e reais (14) e a explicação de alguma parte da medida provisória do novo plano econômico (14). A variação dos preços durante o mês de julho também foi apresentada através desses *boxes* (12), assim como a conversão do aluguel e os rendimentos correntes dos investimentos com a nova moeda, cada tópico com 8 *boxes*.

Gráfico 4 - Proporção de Boxes Explicativos sobre o Plano Real nas edições de julho de 1994



(Fonte: Gráfico elaborado pelo autor)

## Conclusão

Os dados apontam que houve uma preocupação do jornal *O Globo* de alcançar um público diverso, com matérias em 13 das 16 editorias publicadas pelo jornal. Como esperado, a editoria que mais informou sobre o plano foi a editoria de “Economia”, seguida pelo caderno de política “O País”, que seguiu um ciclo político, com um momento no começo do mês e pequenos momentos em seguida, até ser assunto do debate entre os candidatos. Também houve preocupação em abordar o assunto durante o mês inteiro, com matérias sobre o Plano Real em todas as 31 edições publicadas, mesmo que essa preocupação não tenha se estendido até a publicação na primeira página, com a presença do plano em 26 edições apenas.

A editoria Opinião ter sido a terceira editoria que mais publicou matérias sobre o Plano Real mostra que os editores do *Globo* buscaram informar e opinar sobre o assunto nas páginas, ao invés de só noticiar. Por isso que, mesmo que o principal conteúdo seja o noticioso com 494 notícias sobre o assunto no mês, o assunto rendeu também 67 colunas, 17 artigos, 13 editoriais e 7 comentários. Ou seja, os editores do *Globo* procuraram opinar e buscar opiniões sobre o Plano Real durante o mês de julho.

O número de cartas com dúvidas, reclamações ou sugestões sobre o Plano Real publicados pelo *O Globo* demonstra duas coisas: que os editores do jornal impresso queriam mostrar que havia engajamento dos leitores quanto ao plano; e que o plano tinha vários pontos

que provocavam dúvidas — como descrito, a maior parte das cartas era sobre os preços, mas também foram publicadas cartas com dúvidas quanto à conversão de serviços e valores. Para mitigar essa situação, a equipe do impresso *O Globo* criou *boxes* explicativos que se alinharam com as questões em dúvida na carta: a conversão de uma moeda para outra e a inflação são pontos bastante explorados pelos *boxes*.

O *Globo* também procurou diversificar suas fontes, com quase a metade de especialistas, acima de um terço de especialistas e cerca de um quinto de povo-fala. Desta forma, o jornal não se torna exclusivamente um porta-voz do governo — ponto demarcado ainda mais por incluir artigos e cartas críticos ao plano —, mesmo que mantenha o ponto de vista da equipe econômica por trás do ministério da fazenda no momento de efetivação da nova proposta econômica. Por fim, a quantidade de povos-fala também mostra que tentaram humanizar a pauta, ao colocar a voz de quem estava tendo a experiência do plano nas ruas.

Um dos aspectos estratégicos do plano econômico era a necessidade de informar todos os passos da mudança de moeda para o povo e incluí-lo na conversa da economia para acabar de vez com a hiperinflação. Com uma cobertura abrangente, opinativa e com pluralidade de vozes, O *Globo* contribuiu para a estratégia de comunicação do governo sem se tornar cúmplice ou defensor do poder, como foi muito criticado de ser após o final da ditadura militar.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. Jornalistas e editorias de economia. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 10, 2001, Galoá. **Anais** [...], Brasília, Galoá, 2001.

ABREU, Luciano Cândido. **Economia no Jornal “O Globo”**: A colaboração do discurso gráfico para a compreensão do noticiário. Orientador: Octávio Carvalho Aragão Júnior. 2015. 92 f. TCC (Monografia) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CALDAS, Suely. **Jornalismo Econômico**. 3 ed. São Paulo, Contexto, 2021

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 62-84

FONSECA JR., Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 280-303

FRANCISCO, Kárita Cristina. Trinta anos depois: o uso do economês nos cadernos de economia dos jornais impressos. **Calígrama**, São Paulo, v. 3, n. 1, 2007.

GRASEL, D. **Brasil**: Plano Real e a estabilização econômica inacabada. Informe GEPEC, [S. l.], v. 9, n. 1, 2007.

LEITÃO, Miriam. **Saga brasileira**: a longa luta de um povo por sua moeda. 9 ed. Rio de Janeiro, Record, 2014.

LONGO, Carlos Alberto. O Plano Collor em Perspectiva. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, FGV, v. 45, p. 45-53, 1991.

LOPES, Francisco. Plano Bresser: A Versão de Otenização. In: NAKANO, Yoshiaki; REGO, José Marcio; FURQUIM, Lílian. **Em Busca do Novo**: O Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MELO, José Marques de & ASSIS, Francisco de. **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. 1. ed. São Bernardo do Campo: UMESP, 2010.

PULITI, Paula. História do jornalismo econômico no Brasil: do café ao tempo real. **LÍBERO**, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 41-50, jan./jun. 2015.

SALLUM JR., Brasílio & PAIXÃO E CASARÓES, Guilherme Stolle. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova**, São Paulo, CEDEC, v. 82, p. 163-200, 2011.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 51-61

VÁSQUES, Lucas Flores. **As emoções e sua inserção no espaço empresarial brasileiro através da revista Exame**: Uma análise em Sociologia Econômica dos Mercados. Orientador: Maria Aparecida Chaves Jardim. 2022. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Araraquara, 2022.

ZORTÉA, Cristiano. **Análise dos planos econômicos brasileiros**: fracassos e sucessos. Orientador: Cássio da Silva Calvete. 2015. 60 f. TCC (Monografia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Rio Grande do Sul, 2015.